

## **Experiência de uma gestora:** *combate ao conservadorismo na formação para profissionais da educação*

**A manager's experience:**  
*fighting against conservatism in education professionals' training*

**Experiencia de una gestora:**  
*combate al conservadurismo en la formación de profesionales de la educación*

 **PRISCILA VASCONCELLOS BRAGA\***

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – RJ, Brasil.

**RESUMO:** Este texto é o relato de experiência de uma gestora que, em tempos de ascensão dos conservadorismos no Brasil, idealizou e organizou uma formação para profissionais da educação com foco no combate ao preconceito, ressignificando o papel da escola na formação de sujeitos/as, possibilitando a tessitura de narrativas e práticas balizadas por direitos humanos e princípios democráticos. A formação foi oferecida no Seminário *Diferenças e Inclusão – caminhos para uma educação democrática e emancipatória*, em 2021 e 2022, *on-line* e presencial, tendo como público-alvo gestores/as escolares, orientadores/as educacionais e demais profissionais da rede. Os resultados indicam a importância dos espaços de diálogo e informação para profissionais educacionais, promovendo formações que combatam exclusão, discriminação e preconceito, dentro e fora das escolas. O Seminário se configurou como prática de resistência às estruturas conservadoras, defendendo a educação democrática e emancipatória.

*Palavras-chave:* Conservadorismo. Direitos Humanos. Educação Democrática.

---

\* Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação, Processos Formativos e Desigualdades Sociais na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. *E-mail:* <[priscila.vbraga@yahoo.com.br](mailto:priscila.vbraga@yahoo.com.br)>.

**ABSTRACT:** This text is the experience report of a manager who, in times of rising conservatism in Brazil, designed and organized a training program for education professionals focused on fighting against prejudice, redefining the role of schools in the education of individuals, enabling the creation of narratives and practices guided by human rights and democratic principles. The training was offered at the both online and in-person Seminar *Differences and Inclusion – paths to democratic and emancipatory education* in 2021 and 2022, having school managers, educational counselors and professionals of the network as its target audience. The results indicate the importance of spaces for dialogue and information for education professionals, promoting training that fights against exclusion, discrimination, and prejudice, inside and outside schools. The Seminar was as a practice of resistance to conservative structures, defending democratic and emancipatory education.

*Keywords:* Conservatism. Human Rights. Democratic Education.

**RESUMEN:** Este texto es el relato de experiencia de una gestora que, en tiempos de auge del conservadurismo en Brasil, diseñó y organizó formación para profesionales de la educación con foco en el combate a los prejuicios, dando un nuevo significado al papel de la escuela en la formación de los/as sujetos/as, permitiendo tejer narrativas y prácticas guiadas por los derechos humanos y los principios democráticos. La capacitación se ofreció en el Seminario *Diferencias e inclusión – Caminos hacia una educación democrática y emancipadora*, en 2021 y 2022, en línea y presencial, siendo el público objetivo directivos/as escolares, orientadores/as educativos/as y otros/as profesionales de la red. Los resultados indican la importancia de espacios de diálogo e información para los profesionales de la educación, promoviendo una formación que combata la exclusión, la discriminación y los prejuicios, dentro y fuera de las escuelas. El seminario se configuró como una práctica de resistencia a las estructuras conservadoras, defendiendo la educación democrática y emancipadora.

*Palabras clave:* Conservadurismo. Derechos Humanos. Educación Democrática.

## Introdução

O presente texto é fruto da articulação entre o interesse de pesquisa da autora e a ação político-educacional por meio da formação de profissionais de uma rede pública de ensino, após inspiração em experiências vividas num curso de extensão que mudou a rota investigativa da profissional. O trabalho tem como principal objetivo apresentar uma ação tecida com profissionais educacionais e que teve como foco combater o preconceito e a discriminação, ressignificando o papel da escola e de educadores/as na formação de sujeitos/as, possibilitando narrativas e práticas balizadas nos direitos humanos e princípios democráticos.

Sou uma mulher cisgênero<sup>1</sup>, tenho 42 anos, dois filhos, natural de um município localizado no estado do Rio de Janeiro, aluna oriunda da rede pública, pedagoga e professora há 24 anos na rede municipal de ensino da cidade onde nasci e fui criada. Durante esses anos de profissão, atuei nas funções de professora regente de educação infantil e alfabetização, coordenadora pedagógica, gestora escolar e, desde novembro de 2018, integro uma das equipes técnicas da Secretaria Municipal de Educação.

De 2018 a 2022 fui superintendente de projetos educacionais. Em 2020, numa reestruturação dos setores da Secretaria, duas diretorias passaram a integrar a superintendência pela qual eu era responsável: a Diretoria de Assistência Integral ao Educando – DAIE e a Diretoria de Educação Especial e Diversidade – DEED, que tem como uma de suas atribuições atender as demandas da diversidade, área em que eu fui me aprofundando e me capacitando assim que passei a ser a gestora principal.

Atuando como responsável pela DEED, que oferece suporte técnico, formação e orientação aos/as profissionais educacionais da rede, meu interesse e entusiasmo pelas questões de gêneros, sexualidades, inclusão, direitos humanos, laicidade e interseccionalidades só cresceram. Assim, considerei necessário trabalhar esses assuntos com os/as profissionais da minha rede de ensino, principalmente os/as gestores/as escolares e os/as orientadores/as educacionais, apresentando debates engajados no combate aos conservadorismos e a busca por políticas públicas e educacionais a favor de uma sociedade sem preconceitos e discriminações. Sabemos que esses são assuntos muitas vezes interditados, silenciados, evitados e até proibidos nos/dos/com os cotidianos das escolas (ALVES, 2002; 2008).

Mas entre meus certificados de cursos e palestras oferecidos pela Secretaria de Educação na qual tenho vínculo desde 2000, notei que só possuía o de uma palestra sobre sexualidade e drogas, realizada em 2012, com a duração de quatro horas. Não que não tenham ocorrido outros momentos de formação no município com a temática, porém, possivelmente não foram constantes como os de assuntos de cunho pedagógico, como avaliação, currículo ou outras questões certamente de mais destaque ou preocupação na maioria das Secretarias de Educação, pela necessidade de atingir metas e apresentar avanços e progressos, principalmente no Ensino Fundamental I e II.

Minha inquietação e vontade de me aprofundar no assunto só aumentaram enquanto atuava à frente da Diretoria. Busquei, por conta própria, uma especialização e, em 2020, participei do curso de extensão *Gênero e Sexualidades na Escola*, oferecido no formato on-line pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, com carga horária de 40 horas, sob a coordenação da professora doutora Joice Alves da Silva<sup>2</sup>. No curso, me interessei ainda mais pelo assunto.

Na educação não só do município, mas de todo o país, não é difícil notar posturas conservadoras e rígidas por parte dos/as profissionais educacionais, e isso sempre me causou incômodo, principalmente no que diz respeito a gêneros e sexualidades, pois são questões que acarretam na exclusão de diversos/as estudantes que se veem marginalizados/as, sozinhos/as e desumanizados/as. A preocupação com a exclusão dentro das escolas, de inseridos/as, mas não incluídos/as, de fato sempre foi um ponto que me tocou. São muitos os processos excludentes aos quais estudantes de todo o país passam, sem que sejam notados/as.

Alceu Ferraro e Steven Ross (2017) fazem a distinção entre os/as excluídos/as *da* escola e *na* escola. Os autores enfatizam que a escola perdeu sua “inocência”, se tornou o agente (direto e intencional) da exclusão e da segregação (FERRARO & ROSS, 2017, p. 6) e reforçam que “não basta saber se há excluídos; havendo, é necessário saber quem são eles: de que classe social, gênero, cor/raça, região, geração, religião” (FERRARO & ROSS, 2017, p. 21).

Pierre Bourdieu e Patrick Champagne ecoam as denúncias anteriores:

A escola exclui, como sempre, mas ela exclui agora de forma continuada, a todos os níveis de curso, e mantém no próprio âmago aqueles que ela exclui, simplesmente marginalizando-os nas ramificações mais ou menos desvalorizadas (BOURDIER & CHAMPAGNE, 1997, p. 485).

Portanto, os grupos excluídos, colocados à margem, silenciados e desumanizados, são bem definidos, não existindo isenção de quem comete a exclusão. Esses grupos são formados pelas categorias que sofrem preconceito e discriminação historicamente na sociedade: pessoas LGBTQIA+<sup>3</sup> mulheres, negros/as e outros/as. Sendo assim, o Seminário *Diferenças e Inclusão* organizado por mim partiu do anseio de incluir de fato todos/as os/as alunos/as, sem distinção de classe, raça, etnia, gênero, sexualidade, abordando corajosamente temas silenciados a apagados.

Antes de apresentar o trabalho formativo oferecido, é necessário tecer diálogos sobre o conceito de conservadorismos, pois foi nesse ponto específico em que o seminário buscou agir, combatendo práticas, falas, ações e posturas discriminatórias contra alunos/as, enfrentando o avanço conservador em todo o país que ocorreu no período das duas edições da ação formativa, 2021 e 2022.

Sobre o termo *conservadorismos*, Tiziano Bonazzi afirma que “conservadorismo designa ideias e atitudes que visam à manutenção do sistema político existente e dos

seus modos de funcionamento, apresentando-se como contraparte das forças inovadoras” (BONAZZI, 2000, p. 242). Porém, de acordo com o autor, não é um termo simples de ser elucidado ou definido. José Antonio Sepulveda e Denize Sepulveda concordam:

Um agente complicador do termo é o seu uso relacionado ao comportamento humano. Assim, uma pessoa pode ser politicamente inovadora e ter condutas conservadoras com relação à família, ou até mesmo a práticas sexuais. A primeira conclusão que podemos chegar com relação ao tema é que ele é realmente confuso e entorpecido por uma carga emotiva muito grande, uma vez que ele se relaciona também com o comportamento humano (SEPULVEDA & SEPULVEDA, 2016, p. 142).

Desse modo, é possível avaliar que não esgotaremos aqui as definições sobre os conservadorismos, por existirem várias formas de considerá-los e pelo fato de carregarem sentidos diversos:

A existência dessa carga emotiva é de grande importância, pois demonstra a polaridade de argumentos impregnada na sociedade contemporânea, de modo que, esta polaridade, apresenta na intensa relação existente entre o uso comum do termo conservadorismo e o uso de outro termo, inclusive ambíguo, que teoricamente representa seu antônimo, o “progressismo”. Em princípio, esse termo significa uma atitude otimista quanto às possibilidades de desenvolvimento humano. Assim, no senso comum, o conservadorismo se apresenta como a negação de tais possibilidades. Essa forma de compreensão reduz as práticas conservadoras à existência de práticas progressistas. Ou seja, só seria possível entender o conservadorismo a partir das práticas opostas, criando-se, assim, um caráter reativo ao termo em destaque (SEPULVEDA & SEPULVEDA, 2016, p. 142).

Dessa forma, podemos compreender que os discursos conservadores estão sempre contra o avanço, o desenvolvimento e o progresso em geral e, em especial, o de grupos minorizados: “o conservadorismo político é contrarrevolucionário e antidemocrático” (SEPULVEDA & SEPULVEDA, 2016, p. 2016). É importante reforçar que o período em que a formação foi oferecida (2021 e 2022) compreende o contexto político e a receptividade em relação aos assuntos tratados nos encontros, como direitos humanos, interseccionalidades, gêneros, sexualidades e raça.

A intenção deste texto não é retornar muitas décadas atrás nem se aprofundar em todos os avanços e entraves ocorridos historicamente, antes e depois da promulgação da Constituição Federal de 1988, a partir da crescente presença do conservadorismo religioso, principalmente na esfera legislativa. Pretende-se, sim, recuperar e destacar o clima vivido no Brasil durante o governo de Jair Bolsonaro (2018-2022), sobretudo quanto às questões de gênero e sexualidades, por se tratar do período em que o Seminário foi promovido.

No Brasil, assim como em outros países latino-americanos, as ofensivas antigênero se assentaram, basicamente, sobre redes mais antigas, sobretudo católicas, de oposição ao direito ao aborto. São formações muito heterogêneas, como hidras de muitas cabeças que se alimentam de fontes ideológicas heteróclitas ou mesmo contraditórias, cuja mobilidade e contornos são difíceis de captar e nos confundem. Seu

núcleo central é tanto ultra católico como evangélico fundamentalista e, em torno a ele, orbita uma instável e variada gama de atores institucionais e sociais como políticos de carreira, membros de corporações profissionais, *think-tanks* neoliberais, grupos libertários de direita, mas, no caso do Brasil, também se contabiliza a presença de militares e da direita judaica. Esse conjunto de forças contribuiu de maneira inequívoca para a chegada ao poder de Jair Bolsonaro, o que também significou a instalação de diretrizes antigênero no arcabouço de políticas públicas federais com inevitáveis rebatimentos sobre outras esferas da gestão pública e a própria dinâmica sócio-política relacionada a questões de gênero e sexualidade (OFENSIVAS ANTIGÊNERO NO BRASIL, 2021, p. 13).

O governo de Jair Bolsonaro foi marcado, do início ao fim, pela promoção de discursos inflamados, atos agressivos e ameaças às discussões sobre gênero e sexualidades. O período foi marcado por ódio e aversão do então presidente a essas temáticas e por posições antigênero sistemáticas nas diretrizes e políticas públicas, afetando a garantia dos direitos humanos a toda e qualquer pessoa.

É possível identificar o clima hostil e intimidador estabelecido pelo ex-presidente contra quem foge à norma da heteronormatividade<sup>4</sup> desde antes de sua candidatura à presidência. Em seus mandatos como deputado federal isso já era nítido e recorrente, assim foi como por toda a campanha de 2018 até o fim de seu mandato, disseminando em debates, entrevistas e redes sociais a aversão às discussões sobre gênero, à comunidade LGBTQIA+ e a quem não se enquadra no padrão da ‘família tradicional brasileira’ – um modelo criado de forma romântica, como se no passado existissem famílias perfeitas, com a promessa de ‘recuperar’ esse ideal perdido e proteger as famílias que seguem o modelo tradicional. Trata-se de um ideal que nunca existiu, é apenas uma das artimanhas de partidos e políticos/as de direita<sup>5</sup> e extrema-direita para justificarem os seus ataques contra quem não se enquadre em seus padrões morais.

A consolidação da família “tradicional” como algo imutável anda de mãos dadas com a relativização da violência contra tudo e todos que a questionam. A família não é natural por si só. Esse discurso é moldado e construído às custas de quem só poderá ser inserido nele como o “outro”, o “subversivo”. Assim, tudo o que se contrapõe ao “natural” torna-se “ideológico” e qualquer contestação a esta suposta naturalidade é vista e apresentada como ameaça. Não é apenas uma discordância quanto a questões relacionadas a questões de ensino-aprendizagem, mas uma tentativa de desviar moral, física e intelectualmente os estudantes (MOURA & SALLES, 2018, p. 155).

O pânico moral<sup>6</sup> instaurado pela suposta destruição das famílias através da ‘ideologia de gênero’<sup>7</sup> e o impedimento de divulgação nas escolas de materiais didáticos de combate à homofobia, denominados por setores conservadores e a bancada religiosa cristã no Congresso como ‘kit gay’<sup>8</sup>, foi o alicerce para que Jair Bolsonaro fosse eleito, com a promessa de “unir as pessoas, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa cultura judaico-cristã, lutar contra a ideologia de gênero e preservar nossos valores”, como anunciado por ele em seu discurso de posse no Congresso Nacional, em janeiro de 2019 (BRASIL, 2019).

Seus ataques foram imensuráveis, e o que agrava a situação é o fato de suas falas terem sido endossadas por subordinados/as na administração federal, ecoando nos estados e municípios de todo o país. Nessa ofensiva, os principais alvos para se combater a ‘ideologia de gênero’ foram as escolas, os currículos e professores/as, agora chamados/as de ‘doutrinadores/as’<sup>9</sup>, ou seja, aqueles/as que doutrinam ideologicamente alunos/as, mas que deveriam se limitar a transferir os conteúdos previstos no programa ou currículo, essencialmente os valores da família, tradicionais.

Foi um período violento, com interdições e exclusões da pauta de gênero em documentos legais e basilares, assim como na prática docente.

Apostando na desinformação, ignorância e pânico moral, os movimentos antigênero e o Escola sem Partido<sup>10</sup> propagam, irresponsavelmente, informações falsas de que as escolas estão “proibidas” de abordar questões de gênero e sexualidade. Também estimulam ataques nas redes sociais e a perseguição individual a professoras e professores de “gênero” alimentando uma atmosfera que favorece a censura e a autocensura nas instituições educacionais (OFENSIVAS ANTIGÊNERO NO BRASIL, 2021, p. 32).

Não podemos deixar de destacar que o avanço das pautas conservadoras, anteriores ao governo Bolsonaro, mas assustadoramente expandidas no período em que ele esteve no poder, tem total interferência de bancadas religiosas cristãs. Dessa forma, tratar de assuntos como gênero e sexualidades só é possível a partir da defesa de uma escola laica. Como apontam Amanda Mendonça e Fernanda Moura:

A defesa da laicidade no Brasil integra uma concepção de Estado enquanto ente composto apenas por suas instâncias administrativas, que age a partir de uma racionalidade objetiva, imparcial. O Estado se apresenta como algo que deve ser resguardado e defendido (MENDONÇA & MOURA, 2020, 105).

Algumas questões emergem para que sigamos com o nosso debate: Por que a escola é sempre terreno de disputa? Por que trabalhar essas questões dentro dela e para além dela? Por que defender a educação emancipatória?

De acordo com Ivan Amaro, Dilton Couto Junior e Bruno Ganem, a hostilidade da sociedade não deve paralisar quem acredita numa educação democrática, pois embora “esse cenário pareça nos arrastar para um quadro distópico pessimista e derrotista, nos mobiliza na busca por outras estratégias de enfrentamento aos discursos de ódio voltados para a desqualificação de determinados grupos de sujeitos” (AMARO, COUTO JÚNIOR & GANEM, 2021, p. 1).

Mariana Torres, Dilton Couto Junior e Leandro Brito endossam a afirmação:

As sociedades são atravessadas por relações de gênero e sexualidades e a instituição escolar, por não trabalhar estes temas, pode distanciar-se de seu objetivo principal: a formação de indivíduos capazes de auxiliar na construção de uma sociedade com cada vez menos desigualdades (TORRES, COUTO JUNIOR & BRITO, 2019, p. 119).

Paulo Freire (1987) afirma que não há neutralidade na educação. Para que haja a libertação, é necessário que haja política, e isso é consciente. Só assim transformaremos a sociedade, negando uma ‘neutralidade’ que há tempos é imposta a educadores/as. Precisamos de ações eficazes de combate ao preconceito e à discriminação, como políticas educacionais eficazes de inclusão de todos/as os/as sujeitos/as inseridos/as nas escolas. Freire aponta ainda que “para obter a liberdade será através da práxis e reconhecendo nela que é necessário lutar para consegui-la” (FREIRE, 1987, p. 31).

Ivan Amaro faz um alerta ao afirmar que “a escola não só reproduz desigualdades e distinções, mas também as produz” (AMARO, 2017, p. 153). Por isso, a escola não pode ser omissa, pois agindo assim, silencia e exclui alunos/as. O autor acrescenta:

O desafio da escola, na contemporaneidade, concentra-se no acolhimento e trato adequado das diferenças. Não se trata apenas de “aceitar” os diferentes, mas de construir uma cultura de respeito ao outro que age diferente, que pensa diferente, que se relaciona diferente (AMARO, 2017, p. 153).

Um trabalho de combate a LGBTQIA+fobia<sup>11</sup> e misoginia<sup>12</sup>, antirracista<sup>13</sup> e anticapacitista<sup>14</sup>, procurando, através da formação de profissionais, enfrentar o preconceito e a discriminação, tratando da inclusão em todos os aspectos, realizado em períodos históricos agressivos e hostis como o mencionado, se apresenta aqui como tarefa necessária e possível, mas que só ocorre se houver intencionalidade e determinação, com foco no principal objetivo da educação: educar para a cidadania e o bem de todos/as na sociedade.

Como profissionais implicados com o enfrentamento de toda e qualquer forma de preconceito e discriminação no âmbito escolar (e para além dele), não podemos abrir mão de trabalhar temas como gênero e sexualidade, caso contrário nos distanciaremos significativamente do que deveria ser o objetivo principal da educação: “a formação de indivíduos verdadeiramente preparados para viverem em uma sociedade mais justa, solidária” (TORRES, COUTO JÚNIOR E BRITO, 2019, p. 108 apud FACCO, 2011, p. 28).

O trabalho formativo se mostrou defensor de uma educação pública de qualidade no Brasil, e essa qualidade “diz respeito também à forma como vimos construindo e consolidando nossos laços sociais e afetivos em um espaço institucional que, não raramente, é hostil aos sujeitos que fogem aos padrões (hetero)normativos” (TORRES, COUTO JUNIOR & BRITO, 2019, p. 108).

O relato de experiência é propício igualmente por incentivar práticas como a apresentada, sinalizando que, mesmo com forças contrárias, podemos subverter a ordem dominante. É preciso vontade e coragem, mas pela inclusão daqueles/as que sofrem desumanização constantemente, vale a pena todo o esforço. Devemos ser educadores/as com propósitos muito maiores do que somente transmitir conteúdos, pois formamos crianças e jovens para a cidadania.



## **Seminário *Diferenças e Inclusão: caminhos para uma educação democrática e emancipatória***

Nas duas primeiras edições do Seminário *Diferenças e Inclusão* (2021 e 2022), tratamos da inclusão no seu contexto mais amplo, pois categorias como gênero, sexualidade, cor, religião ou classe social são constantemente expostas à exclusão, discriminação e preconceito, dentro e fora das escolas. Se referem a grupos historicamente marginalizados e que têm seus direitos violados.

Uma das propostas do Seminário *Diferenças e Inclusão* foi celebrar o dia 15 de setembro, instituído pela Organização das Nações Unidas – ONU como Dia Internacional da Democracia, com o objetivo de ressaltar a necessidade de promover a democratização dos espaços escolares e o respeito pelos Direitos Humanos, além de tratar das interseccionalidades, compreendendo que possuímos várias identidades e problematizando tanto os atravessamentos, quanto a omissão por parte da sociedade e do poder público em tratar desses assuntos e apresentar medidas de combate à discriminação e ao preconceito.

A formação tratou, principalmente, de exclusão, desumanização e violação de direitos de grupos minorizados. Pessoas que estão dentro das escolas, mas não inseridas de fato, que se encontram marginalizadas, sem voz, sem espaço e sem respeito aos seus direitos. Os assuntos desenvolvidos no Seminário reforçaram a interseccionalidade. Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2021) elucidam o termo:

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (COLLINS & BILGE, 2021, p. 15).

O Seminário eclodiu da necessidade de debater o papel da escola na construção de uma sociedade mais inclusiva e respeitosa, defendendo a educação democrática e emancipatória, dando oportunidades iguais a todas as pessoas e valorizando as diferenças em todos os aspectos.

### *Desenvolvimento da ação*

Em 2021, a formação ocorreu de 14 a 16 de setembro, no formato on-line, tendo uma média diária de 120 profissionais assistindo, participando com intervenções, perguntas e considerações. A programação foi a seguinte: dia 14 de setembro de 2021 – professor doutor Allan Damasceno<sup>15</sup> (UFRRJ-UNIRIO), que abordou o tema *Inclusão Para Quem? Inclusão*

*Para Que?*; dia 15 de setembro de 2021 – professora mestra Priscila Bahia<sup>16</sup> (UFRRJ), que apresentou a palestra (*R*)*Existências Negras, Femininas e Quilombolas*; e dia 16 de setembro de 2021 – professora mestra Cláudia Reis<sup>17</sup> (UNIRIO) e professor doutor Ivan Amaro<sup>18</sup> (UERJ) apresentaram *Práticas Pedagógicas Antirracistas, Antissexistas, Antilgbtfóbicas, Anticapacitistas e Antimachistas*.

Em 2022, a segunda edição teve formato presencial, quando tivemos como convidada a professora mestra Alessandra Andrade Cardoso<sup>19</sup> (UFRRJ), que ressaltou a importância da inclusão em todos os aspectos, abordando o tema *Uma Escola Para Todas, Todos e Todes*.

Nas duas edições do Seminário procuramos dar luz ao problema da segregação e da opressão que sofrem estudantes de grupos vulneráveis, minorizados historicamente, cotidianamente, sem ter seus direitos respeitados como humanos/as, sendo tratados/as como “*in-humanos*” ou “*os outros*”, e não como iguais em humanidade, como alerta Miguel Arroyo (2018, p. 1102).

O Seminário propôs caminhos para uma educação de fato democrática, pensando que isso só será possível quando mulheres, população LGBTQI+, negros/as e outros grupos transformados em inferiorizados dentro e fora das escolas forem considerados iguais em humanidade e educados para a emancipação enquanto cidadãos/ãs de direitos. Reforçando essa ideia, Freire afirma:

Quem melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegará pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela. Luta que, pela finalidade que lhe derem os oprimidos, será um ato de amor, com o qual se oporão ao desamor contido na violência dos opressores, até mesmo quando esta se revista da falsa generosidade referida (FREIRE, 1987, p. 17).

Formar profissionais para colocar em prática uma pedagogia libertadora e livre de preconceitos e exclusão foi o propósito da ação formadora apresentada, refletindo sobre o fato de que a transformação da educação só acontecerá mediante a transformação dos/as nossos/as profissionais. Freire acrescenta que a *pedagogia do oprimido* “é aquela que deve ser forjada com ele e não para ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade” (FREIRE, 1987, p. 17). É uma pedagogia que não será feita por opressores/as, mas por professores/as e profissionais que amem a liberdade e trabalhem em prol de uma educação inclusiva em todos os aspectos.

Nos dois anos mencionados, procuramos provocar nossos/as profissionais com os seguintes questionamentos: de que forma temos enfrentado o preconceito nas nossas escolas? Que práticas nós educadores/as temos realizado para combater violências, preconceitos e discriminações? Nossa educação é democrática e emancipatória ou excludente e preconceituosa?

## Considerações finais

O presente relato de experiência buscou reforçar e valorizar a importância da formação continuada dos/das profissionais da educação e mostrar de que forma vivências formadoras podem nos inspirar para sempre, pois o curso de extensão *Gênero e Sexualidades na Escola* da UFRRJ não só me moveu a realizar as capacitações apresentadas, como também fez aflorar o desejo de me aprofundar nas questões de gênero e sexualidades, tecendo um projeto de pesquisa que buscava investigar as políticas educacionais de enfrentamento à LGBTQIA+fobia no município, com o qual me tornei mestranda em uma universidade pública do estado do Rio de Janeiro – um feito antes inimaginável – tendo como orientadora uma das professoras do curso de extensão do qual participei e no qual inspirei em 2021.

O Seminário teve como propósito principal combater os conservadorismos, tratando de marcadores de exclusão diversos, buscando uma educação mais democrática, humana, pluralista e de respeito às diferenças. O protagonismo das políticas públicas educacionais de profissionalização dos/as trabalhadores/as em educação é essencial para que tenhamos ações pedagógicas verdadeiramente democráticas e emancipatórias. Porém, essa profissionalização deve estar comprometida com o respeito à diversidade, dentro e fora das escolas. O trabalho alerta para a importância da formação dos/as profissionais, muitas vezes também agentes de preconceito e discriminação contra os/as alunos/as.

Se não tivermos políticas de formação para capacitarmos esses/as profissionais, dificilmente os conservadorismos serão vencidos, e o que veremos é a continuidade de ações, falas e posturas rígidas, desumanizantes e excludentes. Promover espaços formativos a profissionais da educação, que evoquem a defesa de uma educação democrática e de respeito à diversidade, é fundamental para caminharmos em direção a uma educação e sociedade mais justas e humanas.

Diante de todo o exposto, saliento o quanto foi satisfatório poder realizar espaços formativos e dialógicos que representam, acima de tudo, resistência. Ter a oportunidade de publicizar um trabalho tão caro a mim e a todos/as os/as que tiveram a oportunidade de participar é um prazer. Deixo ainda agradecimentos especiais à equipe da Diretoria de Educação Especial e Diversidade e da Superintendência de Projetos Educacionais, com a qual pude partilhar de ideias e fazeres pedagógicos potentes como esse. Foi um feito coletivo, com muitas mãos e corações envolvidos.

*Recebido em: 14/08/2024; Aprovado em: 24/09/2024.*

## Notas

- 1 Os conceitos que dizem respeito à diversidade de gêneros e sexualidades foram baseados no *Glossário Gêneros e Sexualidades, Noções, Símbolos e Datas*, de Denise Sepulveda, Renan Corrêa e Priscila Freire (2021). Cisgênero é a pessoa cuja identidade de gênero coincide com o gênero atribuído no nascimento.
- 2 Professora e pesquisadora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, líder do Laboratório de Estudos de Gênero, Educação e Sexualidade – LEGESex da UFRRJ.
- 3 LGBT é a sigla que tem como principal característica promover a diferença cultural com base nas questões de identidade sexual e de gênero, possuindo atualizações. No texto, utilizaremos a sigla LGBTQIA+, designando lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, travestis, transexuais e outras identidades.
- 4 Imposição do binarismo de gênero e da heterossexualidade como normas, definindo como anormais ou diferentes todas as outras expressões de gênero e sexualidade.
- 5 Refere-se a um conjunto de posições substantivas mais ou menos opostas à busca crescente por igualdade (LACERDA, 2019).
- 6 “Referência à reação produzida em momentos de transformação social, relacionada a sentido de perda, e que se baseia em estratégias de exploração do medo” (MENDONÇA & MOURA, 2020, p. 110).
- 7 “A expressão ‘ideologia de gênero’ ganhou enorme notoriedade no Brasil nos últimos anos, especialmente no campo educacional, sendo difundida com o avanço da aliança de setores caracterizados como conservadores e de grupos religiosos extremistas, como forma de gerar o pânico moral” (MENDONÇA & MOURA, 2020, p. 94). Ver mais em Rogério Junqueira (2018).
- 8 Material didático do programa *Escola sem homofobia*, que não chegou a ser enviado para as escolas no governo da então presidenta Dilma Rousseff pela reação contrária e polêmica de setores conservadores e da bancada religiosa no Congresso (MENDONÇA & MOURA, 2020, p. 100).
- 9 Professor/a que se aproveita da audiência cativa dos/as alunos/as para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas, partidárias. Dedução da existência de uma “doutrinação marxista” ou de uma “ideologia de gênero” (MOURA & SALLES, 2018, p. 157).
- 10 Para mais informações sobre o Movimento Escola Sem Partido – ESP, ver Fernanda Moura e Diogo Salles (2018).
- 11 Ódio, desprezo, aversão a pessoas que não seguem o padrão heterossexual, culminando, inúmeras vezes, em violência física contra pessoas da comunidade LGBTQIA+. Muitas pessoas utilizam a palavra *homofobia* para designar apenas um ato preconceituoso contra diferentes gêneros e sexualidades.
- 12 Aversão, antipatia ou repugnância a mulheres, a misoginia é a principal responsável por grande parte dos feminicídios.
- 13 Para mais informações sobre antirracismo, ver Djamila Ribeiro, 2019.
- 14 Capacitismo é o preconceito dirigido a qualquer pessoa que apresenta situação de deficiência, seja ela física, intelectual ou sensorial e, tal como as demais formas de preconceito, contribui diretamente para a exclusão social (GAMA *et al.* 2021).
- 15 Mestre e doutor em Educação, com ênfase na modalidade da Educação Especial, pela Universidade Federal Fluminense – UFF. Realizou seu primeiro estágio pós-doutoral na Universidade Federal do Paraná – UFPR e seu segundo estágio pós-doutoral no Instituto Politécnico de Leiria (Portugal). É licenciado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, pedagogo e psicopedagogo.
- 16 Mestra em Educação pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ.
- 17 Professora mestra, doutoranda em Educação pela UNIRIO, coordenadora do Núcleo III do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação, Diversidade e Inclusão – LEPEDI, professora do Colégio Pedro II.

- 18 Doutor em Educação (Unicamp), mestre em Educação (UnB), graduado em Letras –(Centro Universitário de Brasília – UniCEUB), professor associado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ e da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense – FEBF. Fez estágio de Pós-Doutoramento em Educação entre 2015 e 2016 na UFF).
- 19 Professora mestra em Educação pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, especializada em Psicopedagogia e Orientação e Supervisão Educacional, graduada em Pedagogia e Geografia, pesquisadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação, Diversidade e Inclusão – LEPEDI/UFRRJ.

## Referências

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. Coleção Feminismos Plurais (Selo Sueli Carneiro) São Paulo: Jandaíra, 2020.
- ALVES, Nilda. Decifrando o pergaminho – o cotidiano das escolas nas lógicas das redes cotidianas. In: OLIVEIRA, Inês Barbosa & ALVES, Nilda. *Pesquisa no/do cotidiano das escolas: sobre redes e saberes*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- ALVES, Nilda. Sobre os movimentos das pesquisas nos/dos/com os cotidianos. In: OLIVEIRA, Inês Barbosa & ALVES, Nilda. *Pesquisa nos/dos/com os cotidianos das escolas: sobre redes de saberes*. Rio de Janeiro: DP&A, 2008.
- AMARO, Ivan. A Docência no Armário: O Silenciamento das Relações de Gênero nos Planos de Educação. *Espaço Pedagógico*. v. 24, n.1, Passo Fundo, p. 139-159, jan./abr. 2017.
- AMARO, Ivan; COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro & GANEM, Bruno Rodrigues. “Eu Rebolo Até o Chão Mesmo!”: Vidas Precárias e Corpos de Gênero Dissidentes no Cotidiano Escolar. *Revista Exitus*, Santarém/PA, vol. 11, p. 01-24, e020143, 2021.
- ARROYO, Miguel. Reafirmação das lutas pela educação em uma sociedade desigual? *Educ. Soc.* 39 (145), out./dez. 2018.
- BOURDIEU, Pierre & CHAMPAGNE, Patrick. Os excluídos no interior. In: BOURDIEU, Pierre. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 481-486.
- BONAZZI, Tiziano. Conservadorismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco (Org.). *Dicionário de Política*. Trad.: Carmen Varriale et al. vol. 1. Brasília: Ed. da UnB, 2000. p. 242-246.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1998.
- BRASIL. Presidente. (2019-2022: Jair Bolsonaro). *Discurso por ocasião da posse no Congresso Nacional – Brasília, 1º de janeiro de 2019*. Disponível em: <<https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-cerimonia-de-posse-no-congresso-nacional-brasilia-1-de-janeiro-de-2019>>. Acesso em: 19 out. 2024.
- COLLINS, Patrícia Hill & BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. Tradução: Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.
- FERRARO, Alceu Ravello. & ROSS, Steven Dutt. Diagnóstico da escolarização no Brasil na perspectiva da exclusão escolar. *Revista Brasileira de Educação*, v. 22 n. 71 e227164 2017.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GAMA, Aline Costalonga *et al.* O anticapacitismo e o poder das palavras: a linguagem como ideal de emancipação das pessoas com deficiência. *Revista Philologos*, ano 27, n. 81 Supl., Rio de Janeiro: CIFEFiL, set./dez. 2021.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Psicologia Política*. vol. 18. n 43. p. 449-502 set. – dez. 2018.

LACERDA, Mariana Basso. *O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro*. Porto Alegre: Zouk, 2019.

MENDONÇA, Amanda Andre & MOURA, Fernanda Pereira de. “Meus filhos, Minhas regras”: gênero, religião e política na América Latina. *Revista Labirinto*, Porto Velho (RO), ISSN 1519-6674, Ano XX, Vol. 32 (Jan-Jun), n. 1, 2020, p. 93-110.

MOURA, Fernanda Pereira de & SALLES, Diogo da Costa. O Escola Sem Partido e o ódio aos professores que formam crianças (des)viadas. *Periódicos*, Salvador, n. 9, v. 1, maio-out. 2018 – *Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidades*. Publicação periódica vinculada ao Grupo de Pesquisa CUS, da Universidade Federal da Bahia – UFBA.

OFENSIVAS ANTIGÊNERO NO BRASIL: políticas de Estado, legislação, mobilização social. Relatório submetido ao mandato do perito independente das nações unidas sobre orientação sexual e identidade de gênero e direitos humanos. 2021.

SEPULVEDA, Denize & SEPULVEDA, José Antonio. Práticas conservadoras: suas influências nas tessituras identitárias de gêneros e sexualidades. *Periferia, Educação, Cultura & Comunicação*, v. 9, n. 2, jul-dez, 2017.

TORRES, Mariana Coelho; COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro & BRITO, Leandro Teófilo. “Eu Não Posso ir para a Escola do Jeito que eu Quero”: Sobre a Necessidade de se Planejar Estratégias de Resistência às (Hetero)Normas. *Revista Práxis*, vol. 2, p. 107-127, 2019.